



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6880

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Não votado, não tramitado

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 12/04/2005

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2005. (NÃO VOTADO). Dispõe sobre indenização aos proprietários de veículos, vítimas de danos materiais ocorridos durante a utilização do Estacionamento ÁREAZUL, nas vias públicas de Montes Claros, e dá outras providências.

Controle Interno – Caixa: 26.2 **Posição:** 52 **Número de folhas:** 04

Espécie: PL
Categoria: não tramitado; não votado
X: 26.2
Ordem: 52
nº fls: 02



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2005

AUTOR:

VEREADORA : FÁTIMA PEREIRA MACEDO

ASSUNTO:

Dispõe sobre indenização aos proprietários de veículos, vítimas

de danos materiais ocorridos durante a utilização do estacionamento "ÁREA

AZUL", nas vias públicas do Município de Montes Claros e dá outras providências.

MOVIMENTO

Entrada em 12/04/2005

- 1 - _____
- 2 - Comissão Legislação e Justiça
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Projeto de Lei n.º 2005.

"DISPÕE SOBRE INDENIZAÇÃO AOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS, VÍTIMAS DE DANOS MATERIAIS OCORRIDOS DURANTE A UTILIZAÇÃO DO ESTACIONAMENTO "ÁREA AZUL", NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Montes Claros-MG, aprova e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Torna-se obrigatório a indenização, pelo Poder Público Municipal, aos proprietários de veículos vítimas de furtos, roubos ou danos materiais ocorridos durante o uso do Estacionamento "Área Azul", nas vias Públicas do Município de Montes Claros.

Art.2º - As vítimas deverão requerer a indenização ao Órgão de Trânsito do Município, que administra o estacionamento, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, a contar da data do ocorrido, munido dos seguintes documentos:

- I – Dados pessoais do Proprietário e comprovante de endereço;
- II – Boletim de Ocorrência expedido, na data, por órgão policial competente;
- III – Cópia do CRV do veículo;
- IV – Comprovante de pagamento do uso do estacionamento;

Art.3º - O órgão competente do município terá 30 (trinta) dias, a contar do recebimento do requerimento, para analisá-lo e deferir a solicitação.

Art.4º - O órgão responsável do Executivo ficará obrigado a contingenciar efetivo de fiscais, necessários ao cumprimento desta Lei, para zelar pelo patrimônio dos condutores que contribuem para este serviço.

Art.5º - Os recursos para cobertura das despesas geradas pela implantação e cumprimento desta Lei, virão das autuações de trânsito emitidas e arrecadadas pelo município, das cobranças de taxas, dos estacionamentos e de outras arrecadações efetuadas pelo Órgão de Trânsito do Município de Montes Claros.

Art.6º - Constatados os danos, pelo órgão competente do município, o prazo para o pagamento não poderá ultrapassar de 90 (noventa) dias da data da análise do requerimento.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 06 de abril de 2005.


Fátima Pereira Macedo
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 13 DE ABRIL DE 2005

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE FINANÇAS OR-
ÇAMENTO TOMAR CONTAS
EM 13 DE ABRIL DE 2005

PRESIDENTE